

Parecer n. 04 /2018/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Minutas de Resolução sobre: i) a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do Rio Doce e ii) a atualização dos valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

1. Histórico

- 1.1. Em atenção ao art. 3º da Resolução CNRH n. 192, que versa sobre o procedimento para atualização dos preços cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, o CBH Doce e os Comitês PCJ encaminharam para análise do CNRH, respectivamente, a Deliberação Normativa CBH Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, e a Deliberação Comitês PCJ nº 298, de 28 de junho de 2018, versando sobre proposta de atualização da cobrança vigente naquelas bacias hidrográficas.
- 1.2. Na 101ª Reunião da CTCOB, realizada em julho de 2018, houve apresentação do CBH Doce e do IBio AGB Doce, assim como apresentação da Agência das Bacias PCJ, resumindo os estudos e as discussões registradas nas deliberações oriundas daqueles colegiados, seguida de uma discussão inicial pelos membros da CTCOB.
- 1.3. Após a elaboração de Nota Técnica da Agência Nacional de Águas sobre as propostas do CBH Doce e dos Comitês PCJ, o assunto foi discutido novamente, na 102ª Reunião da CTCOB, ocorrida nos dias 10 e 11 de setembro de 2018, com a manifestação do CBH Doce, da Agência das Bacias PCJ e de técnicos da ANA. Foram sumarizados os pontos principais das propostas sugeridas pelos Comitês e os pontos expressos na Nota Técnica da ANA, de forma a subsidiar a continuidade das discussões pelos membros da CTCOB¹, gerando, ao final, as versões das Minutas de Resolução anexas a este Parecer, ora encaminhadas para submissão à análise da CTIL.

1. Síntese das Discussões Técnicas

- 1.1. Como mencionado, o assunto foi alvo de discussão prévia durante a 101ª Reunião da CTCOB, em que foi feita a explanação do CBH Doce, do IBio AGB Doce e da Agência das Bacias PCJ acerca das proposições sugeridas pelos comitês.
- 1.2. Naquele momento, aguardava-se ainda as Notas Técnicas da Agência Nacional de Águas - ANA com subsídios ao CNRH para definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia do Rio Doce e nas bacias PCJ, conforme prevê o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000. Encaminhadas as Notas Técnicas nº 11/2018/CSCOB/SAS e nº 12/2018/CSCOB/SAS, o assunto foi incluso na pauta da 102ª Reunião da CTCOB, havida em setembro de 2018, durante a qual foram ouvidos novamente o CBH Doce e a Agência das Bacias PCJ, assim como técnicos da ANA, como forma de subsidiar o posicionamento dos membros da CTCOB.

¹ Nesta oportunidade, o IBio AGB Doce informou que não seria possível a sua participação na 102ª Reunião da CTCOB, justificando que a entidade está enfrentando severa restrição orçamentária, tornando-se inviável a sua participação.

Deliberação Normativa CBH Doce nº 69/2018

13. O CBH Doce pontuou que a proposta representa o pacto naquele colegiado num cenário de crise econômica, de intensão de revisão do Plano da Bacia e de discussão do enquadramento, além de outras situações peculiares como ações e fontes de recursos relacionadas ao acidente de Mariana. Apontou que os membros do CBH Doce têm consciência da necessidade de adequação do IBio AGB Doce à realidade de arrecadação que será propiciada pelo CBH Doce, com redução do número de funcionários.
14. As discussões referentes à bacia do Rio Doce foram calcadas em três documentos: i) a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, que dispõe sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos naquela bacia; ii) o estudo técnico elaborado pelo IBio AGB Doce contendo a proposta de revisão dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme preconiza a alínea b, inciso XI do Art. 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e iii) a Nota Técnica ANA nº 12/2018/CSCOB/SAS.
15. Na Nota Técnica, os especialistas da ANA apontaram que os valores sugeridos pelo CBH Doce não se baseiam no estudo do IBio AGB Doce e carecem de lastro técnico para a sua fundamentação, guardando ainda uma defasagem sobre os valores anteriormente aprovados para a bacia pelo CNRH. A ANA aponta, então, uma queda dos valores reais dos preços, com uma recomposição inferior a inflação do período. Com isto, na 102ª reunião da CTCOB, a ANA sugeriu que ao invés de aprovar a sugestão do CBH Doce, o CNRH aplicasse o art. 3º da Resolução CNRH nº 192/2017. Além disto, a Nota Técnica discordou que fosse considerado o SST para efeitos da cobrança de carga poluidora, dada a ausência destes dados no CNRH e de não haver potencial para que a cobrança da variável SST contribua para a melhoria da qualidade da água da bacia, dada a origem difusa do carreamento destes sólidos para o rio.
16. Embora a ANA tenha proposto aplicar aos PPUs a correção prevista no art. 3º da Resolução CNRH nº 192/17, acordou a retirada desta proposta desde que o CNRH estabelecesse prazo até jun/2021 para o CBH-Doce rever os mecanismos e valores. Votação: favoráveis a este encaminhamento: 11 (MFazenda, MME, MMA, ANA, CERH-RJ, CERH-ES, Irrigantes, Abrage, OTEP, Consórcios, CBH); pela correção do art. 3º da Resolução CNRH nº 192/17: 2 (MPOG, CERH-CE); abstenções: 3 (Indústria, Abragel, Saneamento); ausente: 1 (Pescadores-Turismo).
17. Por não haver consenso, foi também colocada em votação a não aplicação do parâmetro SST, sugerida pela ANA. Votação: favoráveis 2 (MPOG, ANA); contrários 6 (MFazenda, CERH-ES, Irrigantes, Abrage, OTEP, CBH); abstenções: 7 (MME, MMA, CERH-CE, CERH-RJ, Irrigantes, Saneamento, Indústria, Consórcios); ausentes: 2 (Abragel, Pescadores-Turismo).

Deliberação Comitês PCJ nº 298/2018

18. A seguir foram ouvidos a Agência das Bacias PCJ e os especialistas da ANA sobre as discussões referentes às bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, também calcadas em três documentos: i) a Deliberação Comitês PCJ n. 298/2018, que dispõe sobre a atualização dos valores cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União naquelas bacias ; ii) o estudo técnico elaborado pela Agência das Bacias PCJ, contendo a proposta de revisão dos valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos,

conforme preconiza a alínea b, inciso XI do Art. 44 da Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e iii) a Nota Técnica ANA n. 11/2018/CSCOB/SAS.

- 19.** As questões relevantes trazidas pela Agência das Bacias PCJ foram: i) os valores em vigor nas bacias PCJ foram objeto de atualização em 2014, numa proporção de cerca de 8% ao ano até 2016; ii) a revisão do plano de bacias está sendo finalizada e os Comitês PCJ têm intensão de discutir a atualização dos mecanismos e valores de cobrança após a sua aprovação, prevista para 2019.
- 110.** Assim, a sugestão dos Comitês PCJ é de se aplicar a variação do IPCA do período de novembro/2016 a outubro/2018 para o exercício 2019, ratificando a aplicação dos termos do art. 2º da Resolução CNRH nº 192/17 para os exercícios seguintes a 2019. A Agência das Bacias PCJ reforça que tem hoje uma boa saúde financeira e conta com a cobrança do Estado de São Paulo, que a proposta dos Comitês PCJ se pautou no impacto para os usuários, e que a discussão da cobrança será feita novamente após a conclusão da revisão do Plano de Bacias.
- 111.** Os especialistas da ANA ressaltaram o aspecto positivo da Deliberação Comitês PCJ n. 298/18 de ratificar os termos do art. 2º da Resolução CNRH n. 192/2017 e a futura intensão dos Comitês PCJ de efetuar uma conexão da cobrança com o plano da bacia. A ANA pontuou que a atualização ora proposta pelos Comitês PCJ não recompõe as perdas inflacionárias verificadas deste a última aprovação da cobrança pelo CNRH e sugeriu: i) que o CNRH aproveitasse para ajustar o $K_{medextra}$ (não o aplicando nos casos de escassez hídrica com restrição de captação impostas pelo órgão gestor); ii) que o CNRH demandasse aos Comitês PCJ uma revisão dos mecanismos e valores de cobrança, até meados de 2020, tendo como base o plano da bacia.
- 112.** Após discussões, seguiu-se a votação de aprovação da sugestão dos Comitês PCJ de atualização dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, estabelecendo-se, contudo, que os Comitês PCJ revisem os mecanismos vigentes e os valores, ora propostos, orientado pelo plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, e os encaminhem ao CNRH até 30 de junho de 2021. Votação: favoráveis 11 (MFazenda, MMA, MME, ANA, CERH-CE, CERH-ES, CERH-RJ, Abrage, Consórcio, CBH); contrário 1 (Indústria); abstenção 1 (Saneamento); ausentes: 4 (MPOG, Abragel, OTEP, Pescadores-Turismo). Decidiu-se que o CNRH não alteraria, por ora, a aplicação do $K_{medextra}$.

2. Conclusão

- 21.** Desta forma, a CTCOB sugere a aprovação da atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce, sugerida pelo CBH Doce, nos termos da respectiva Minuta de Resolução anexa.
- 22.** A CTCOB sugere também a aprovação da atualização dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, sugerida pelos Comitês PCJ, nos termos da respectiva Minuta de Resolução anexa.
- 23.** Encaminha-se as referidas Minutas de Resolução à CTIL, resultantes das discussões havidas na 102ª CTCOB, nos dias 10 e 11 de setembro de 2018, para análise e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

emissão de parecer jurídico que subsidie a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Em, 14 de setembro de 2018.

LIVIA SOALHEIRO E ROMANO
Presidente da CTCOB